



---

## DIVERSIDADE NA ESCOLA: gênero, sexualidades e religião a partir de “A casa dos budas ditosos”, de João Ubaldo Ribeiro

*Eduardo dos Santos Henrique<sup>1</sup>*

*Eduardo Meinberg de Albuquerque Maranhão Filho<sup>2</sup>*

### Resumo

A construção social do gênero possibilita uma ampla discussão a respeito de valores, relações de poder, igualdade e justiça entre homens e mulheres. O ambiente escolar pode se configurar em um poderoso meio para a promoção de Direitos Humanos, com ações afirmativas na conscientização de sujeitos quanto à importância do combate ao machismo, sexismo, heterossexismo e homofobia, além de outras violências e preconceitos que envolvem gênero e sexualidade. Em sala de aula, ao realizar uma análise de uma obra literária, novas perspectivas podem ser dadas a temáticas extensamente reproduzidas na sociedade. A partir de análise documental da obra “A casa dos budas ditosos”, de João Ubaldo Ribeiro, levando em consideração aspectos não apenas literários, mas envolvendo as categorias gênero, sexualidades e religião, espera-se contribuir para que a escola possa formar cidadãos/ãs preparadas/os/es para conviver com múltiplos valores e referências e preocupadas/os em compor uma sociedade mais justa e igualitária.

**Palavras-chave:** Literatura. Gênero. Sexualidades. Religião. Educação.

## DIVERSITY IN SCHOOL: gender, sexualities and religion from “House of the fortunate buddhas”, by João Ubaldo Ribeiro

### Abstract

The social gender construction enables a wide-ranging discussion about values, power relations, equality and justice between men and women. The school environment may be configured as a powerful mean for the promotion of human rights, with affirmative actions in the awareness raising of subjects regarding the importance of fighting machismo, sexism, heterosexism and homophobia, in addition to other violences and preconceptions that surround gender and sexuality. In classroom, by carrying out an analysis of a literature work, new perspectives may be given to themes widely reproduced in society. Based on documental analysis of the work “House of the fortunate buddhas”, by João Ubaldo Ribeiro, considering not only literary aspects, but also articulating gender, sexualities and religion, it is intended to contribute in order to make the school capable of forming citizens prepared to coexist with multiple values and references and concerned about composing a more egalitarian and fairer society.

**Key-words:** Literature. Gender. Sexualities. Religion. Education.

---

<sup>1</sup> Esp. em Gênero e Diversidade na Escola (UFSC). eduhenrique1402@gmail.com.

<sup>2</sup> Pós-Doutor em Ciências Humanas (UFSC). edumeinberg@gmail.com.

## LITERATURA: instrumento para a liberdade e o respeito na escola

Vivemos em uma sociedade repleta de desigualdades constituídas com base em diferenças de sexo. A construção social do gênero<sup>3</sup>, determinada pela história e pela cultura, traz à tona uma ampla discussão a respeito de valores, relações de poder, igualdade e justiça entre homens, mulheres e pessoas não-binárias<sup>4</sup>.

Sabe-se que para se alcançar a equidade social, nas questões que envolvem as diferenças de gêneros, é necessário traçar metas e arquitetar amplas discussões sobre o assunto. Sabe-se, também, que a escola é um espaço que, atualmente, em meio a uma forte onda reacionária, marcada pelo retrocesso em discursos e ações<sup>5</sup>, que prima pelo ultraconservadorismo e fundamentalismo, e que tenta, cada vez mais, padronizar comportamentos e desvalorizar diferenças consideradas naturais e importantes para o convívio em sociedade, propicia discursos discriminatórios em relação às questões que envolvem a diversidade humana.

A universalização do acesso à educação foi uma conquista imensurável para o Brasil nos últimos anos. Com ela, a escola passou a receber demandas cada vez maiores e mais diversas, fazendo-a, ao menos em nível teórico, repensar determinadas práticas e condutas de exclusão e

---

<sup>3</sup> Entende-se por gênero a categoria de análise que lida com os papéis sociais atribuídos aos polos binários *masculino* e *feminino*, cujo desempenho é determinado por normas e regras sociais. Nessa perspectiva, gênero se difere de sexo, à medida que este se configura por características biológicas mensuráveis, como cromossomos, hormônios e órgãos (fêmea: cromossomo XY, vagina, útero. Macho: cromossomo XX, pênis, testículo); e aquele é constituído pela cultura (dentro dos polos binários, homens representam força e coragem e são associados à cor azul, e mulheres são relacionadas à fragilidade e subserviência e são representadas pelo cor-de-rosa). Além dos polos binários referentes ao sexo, feminino e masculino, há ainda a intersexualidade, ou o “conjunto de condições anatômicas e/ou características sexuais primárias ou secundárias que não permitem que a pessoa seja definida claramente como do sistema sexo-corpo-gênero feminino ou masculino” (MARANHÃO F<sup>O</sup>, 2014, p. 735). Em relação a gênero, há um imenso espectro subjetivo que ultrapassa os polos feminino e masculino, representado, por exemplo, pela não-binariedade (ver nota seguinte).

<sup>4</sup> *Não-binários* é o termo neutro para *peessoas não-binárias*, ou que *não se encaixam/enquadram integralmente em nenhum dos gêneros binários*, feminino ou masculino. Aparentemente, a maioria das pessoas não-binárias (*n-b*) se considera *trans\** (ou *trans*, ou *transgênera*) por não estar em conformidade com o sistema sexo-gênero outorgado no nascimento (ou na gestação) – ainda que não se sintam totalmente encaixadas no sistema sexo-gênero “oposto”. Por exemplo: a pessoa foi designada “menina” ao nascer, mas não se identifica com tal enunciação, ao mesmo tempo em que não se vê como “menino”. De modo geral, por não se identificarem com o sexo/gênero “oposto” ao designado ao nascer, não se consideram transexuais. Entretanto, há homens *trans*, mulheres transexuais e travestis (identidades de gênero costumeiramente entendidas como binárias), que se consideram concomitantemente *n-b*. (MARANHÃO F<sup>O</sup>, 2014, p. 743).

<sup>5</sup> Como exemplos de discursos e ações ultraconservadoras e fundamentalistas pode-se citar as recentes discussões políticas que envolveram os Planos Nacional, Estaduais e Municipais de Educação, em que uma série de restrições foram impostas a respeito do trabalho com gênero e orientação sexual em sala de aula; a ausência de leis que garantam o casamento igualitário e punição severa a crimes de preconceito e discriminação motivados por homo/lesbo/transfobia e a tramitação de projetos de leis abjetas como o Estatuto da Família, que tenta definir o que pode ser considerado uma família – excluindo, entre outras configurações, a união entre pessoas do mesmo sexo.

buscando, em alguns casos, cada vez mais, acolher a todas, todes<sup>6</sup> e todos. No entanto, para se tornar de fato uma instituição social como prática de liberdade de pensar, ser e agir, há a necessidade de considerar como práxis curricular a reflexão constante, e sem hipocrisia, sobre questões articuladas de maneira interdisciplinar que envolvem a diversidade humana que compõe a escola.

Nesse sentido, o ambiente escolar pode contribuir com ações afirmativas na conscientização de sujeitos/as quanto à importância do combate ao machismo, sexismo, heterossexismo e homofobia, além de outras violências e preconceitos que envolvem gênero.

Assim, falar sobre gênero, sexualidades, raça e etnia, deficiências, religião e outros temas deve ser encarado pelas escolas como uma maneira, talvez a mais importante, de vencer desafios relacionados ao preconceito, à intolerância e à discriminação<sup>7</sup> de pessoas historicamente oprimidas e silenciadas por serem consideradas inferiores (aos homens, brancos, cisgêneros, heterossexuais, sem deficiência, cristãos, ricos e com elevado nível de escolaridade).

Nesse contexto, insere-se a literatura, arte e expressão por meio de palavras e textos, como uma disciplina (ou parte integrante de uma disciplina, no caso a Língua Portuguesa), que lida com abordagens reais e fictícias das produções literárias de autoras e autores em diferentes épocas e lugares. Ao realizar uma análise de uma obra literária, o texto nela presente dispensa a adequação à realidade, contudo, apesar de fictício, não abandona sua relação com o real. Isso ocorre porque a literatura dá forma concreta a sentimentos, dilemas, angústias e sonhos, por meio de representações simbólicas, criadas pela imaginação. Sendo assim, um texto literário apresenta muito mais que uma história contada. Apresenta a possibilidade de inferir sobre o contexto de uma geração, em uma localidade, e acerca dos hábitos e vivências de sujeitos localizados em tais tempos e espaços.

Na literatura, novas perspectivas são dadas a temáticas extensamente reproduzidas na sociedade. É o que ocorre, por exemplo, na obra “A casa dos budas ditosos”, em que o autor, João Ubaldo Ribeiro, apresenta um olhar de desconstrução sobre tudo o que tradicionalmente vem sendo reproduzido por representantes de instituições religiosas, sobretudo cristãs, em relação ao pecado da luxúria. Aliás, em momento derradeiro do romance, quando afirma, através da voz da narradora personagem, que “quem peca e aquele que não faz o que foi criado para fazer”, Ribeiro (1999, p. 160) chega a questionar até mesmo a ideia de que a luxúria seja um pecado. Ao apresentar o ponto

---

<sup>6</sup> No artigo, utilizamos o *e(s)*, como em *todes*, para lembrar a existência de pessoas que não se encaixam nos polos binários *feminino* e *masculino*.

<sup>7</sup> Compreende-se, em conformidade com Bandeira e Batista (2002), *preconceito* como a ideia da atribuição social de um valor negativo à diferença de outra pessoa. Ele pode servir como instrumento de manipulação e de dominação à medida que (re)produz distinção e tratamento diferencial, como a discriminação, a exclusão, a intolerância e outras formas de violência.

de vista de CLB, uma mulher sexagenária e à beira da morte, a respeito das vivências sexuais dela, o autor torna sua obra passível de uma análise, associando-a e/ou contrapondo-a à literatura científica sobre gênero, sexualidade e religião.

Na abertura do livro, João Ubaldo Ribeiro declara não ser o autor do romance, mas um mero transcritor que recebeu o relato de CLB em “fitas K7”, deixadas com o porteiro do prédio onde ele morava. Ao fazer tal observação, o autor deixa clara a intenção de eximir-se de responsabilidades quanto aos conteúdos e excessos cometidos durante a narrativa das memórias de CLB, visto que, ao declarar-se católica politeísta e pansexual, ela contesta condutas morais e ataca a linguagem do politicamente correto. Na busca por uma educação libertadora e sem hipocrisia, em que o relato transgressor da narradora personagem de “A casa dos budas ditosos”, de João Ubaldo Ribeiro, pode contribuir para a abordagem dessas temáticas em sala de aula?

Objetiva-se, portanto, analisar a obra “A casa dos budas ditosos”, de João Ubaldo Ribeiro, articulando sua narrativa às categorias gênero, sexualidade e religião, a partir do diálogo com autoras e autores que se dedicam ao estudo dessas categorias, para entender e pensar o relato de CLB e discutir a possibilidade de proporcionar, em sala de aula, reflexões sobre gênero e diversidade visando ao acolhimento e à não exclusão.

## **A CASA DOS BUDAS DITOSOS: gênero, sexualidades e religião em perspectiva**

O romance “A casa dos budas ditosos”, de João Ubaldo Ribeiro, trata de um dos sete pecados capitais, a luxúria. Ribeiro, um dos mais importantes escritores brasileiros contemporâneos, nasceu em 1941, na Ilha de Itaparica, na Bahia, e faleceu em 2014, no Rio de Janeiro. O imortal da Academia Brasileira de Letras (ABL) trabalhou como jornalista, era licenciado em Direito e fez mestrado em Ciências Políticas na Califórnia. Escreveu romances, contos, crônicas e ensaios. Dentre o seu legado, traduzido para diversos idiomas, destaca-se “Sargento Getúlio” (1971), em que narra o banditismo do sertão, “Viva o povo brasileiro” (1984), romance histórico em que conta, a partir de personagens fictícias, 400 anos de história do Brasil e “A casa dos budas ditosos” (1999), considerado polêmico por apresentar o relato de uma mulher que nunca se furtou a viver.

O foco narrativo de “A casa dos budas ditosos” ocorre em primeira pessoa, tendo como narradora personagem CLB, uma mulher de 68 anos, nascida na Bahia e residente no Rio de Janeiro, provavelmente um *alter ego* do autor, que deixa pistas do plano de representação da consciência autoral. Assim como João Ubaldo Ribeiro, CLB é formada em direito e faz mestrado

na Califórnia. As duas pessoas são baianas que, em determinada época de suas vidas, fixam-se no Rio de Janeiro.

Quem lê “A casa dos budas ditosos” imerge em, como autotransclassifica CLB (Ribeiro, 1999, p. 17), “(...) um depoimento sócio-histórico-lítero-pornô (...)”, recheado com as aventuras sexuais dela própria, da pré-adolescência à terceira idade, passando por incesto, sexo grupal, troca de casais, homossexualidade e sexo informático. Sem poupar a pessoa leitora de qualquer detalhe, CLB discursa espontaneamente e envolve seu relato em diversas menções a cânones da literatura, da filosofia e da psicologia.

Frequentadora assídua da biblioteca da fazenda de seu avô, na Bahia, desde a tenra idade, CLB se apresenta como uma mulher com bom nível sócio-econômico-cultural. Possui diploma de mestrado adquirido nos Estados Unidos, vive em um bairro nobre no Rio de Janeiro e viajou para diversas partes do mundo. Por sinal, foi de um camelô de Banguete que trouxe duas pequenas estátuas com as quais havia sonhado na noite anterior à gravação do relato. Dois Budinhas fazendo sexo, um macho e uma fêmea, réplicas das muito maiores que ornamentavam uma espécie de templo, chamado a Casa dos Budas Ditosos, homônimo ao título do livro de João Ubaldo Ribeiro. Segundo o autor (1999, p. 14), “os noivos, antes do casamento, iam lá para venerar as estátuas e passar as mãos nos órgãos genitais delas. Era uma espécie de aprendizado ou familiarização, uma introdução a um casamento bom de cama”.

A composição de CLB faz com que a obra de João Ubaldo Ribeiro ganhe notável visibilidade na literatura brasileira contemporânea, com intensa repercussão internacional, por apresentar uma narrativa pouco comum, que passeia entre o deboche e o chocante, sucumbindo o politicamente correto. A propósito, para a narradora, tudo que é dito em “A casa dos budas ditosos” não passa de banalidade que, a seu ver, não é assumida como tal pela sociedade que se guia por valores morais muito mais próximos da hipocrisia.

E não estou fazendo nada demais, a não ser contar a verdade. É de fato inacreditável, se você for ver bem, que contar a verdade seja escandaloso, quase subversivo, o atraso, o atraso. Se todo mundo contasse, este depoimento seria apenas mais um entre milhões. (RIBEIRO, 1999, p. 132).

Ao escrever no feminino, o autor sugere a possibilidade de transgressão de papéis comumente associados às mulheres na literatura. Renegadas à categoria de objeto do olhar masculino, elas geralmente exercem as funções de mães, santas, virgens, prostitutas, amantes e bruxas. Raras exceções ocorrem quando autoras inserem em suas obras pontos de vista de

personagens mulheres, elucidando particularidades e dando importância às visões de mundo de tais sujeitas. Com CLB, João Ubaldo Ribeiro desapropria o corpo feminino, tão reificado no discurso masculino. A narradora de “A casa dos budas ditosos” compartilha experiências próprias, expõe sua subjetividade sem se preocupar com amarras sociais e exalta o corpo feminino, na tentativa de driblar a ordem imposta pelo sistema patriarcal. (GUALBERTO, 2005).

Nas sociedades ocidentais, como a brasileira, por exemplo, o patriarcado é o principal fator para a disseminação da ideia de que os homens são detentores de poder e às mulheres cabe a subordinação, gerando relações desiguais de gênero. O sistema que oprime a mulher<sup>8</sup>, classificando-a como sujeito delicado, menos forte e incapaz é chamado machismo. Portanto, as sociedades cujos homens são mais valorizados, possuem maior destaque e concentram o poder de decisão podem ser denominadas como sociedades machistas.

Tais sociedades não inferiorizam apenas as mulheres, mas todos os sujeitos que, de certa forma, desviam de regras simbólicas impostas pelos homens. Nessa perspectiva, no Brasil, o padrão hegemônico vigente desde a chegada dos colonizadores é demarcado por homens cisgêneros, heterossexuais, brancos, ricos e cristãos. Pode-se incluir também a classe social abastada nesse contexto. Conforme Pedro (2015, p. 131), “o que se está mostrando é a forma como as relações de gênero não só instituem o ‘verdadeiro sexo’, como atuam no regime de uma heterossexualidade obrigatória”. Dessa forma, quanto mais um homem se comportar de maneira considerada masculina, envolver-se afetiva / sexualmente com mulheres, possuir feições físicas europeias, frequentar igrejas tradicionais e for rico, mais respeitado ele será nessa sociedade e, conseqüentemente, mais espaço ele terá para usufruir e difundir seu discurso e, automaticamente, o inverso acontecerá com as mulheres.

É com as diferenças percebidas entre homens e mulheres, como as citadas anteriormente, que se ocupa a categoria gênero, definida por Scott (1990, apud Wolff e Silva, 2015, p. 95), como “um elemento constitutivo das relações sociais fundadas sobre as diferenças percebidas entre os sexos, sendo um primeiro modo de dar significado às relações de poder”. Além disso, podemos incluir, gênero também diz respeito ao espectro da não-binariedade que vai além dos polos binários feminino e masculino, além de outras possibilidades não-cisgêneras de ser e estar no mundo (MARANHÃO Fº, 2014).

---

<sup>8</sup> Certamente, a opressão do patriarcado não recai apenas na mulher cisgênera, mas também na mulher transexual, na travesti, no homem trans, nas pessoas não-binárias, nas pessoas transgêneras / não-cisgêneras em geral, e em toda a gente que não seja homem cisgênero – preferencialmente heterossexual.

A respeito das relações de poder, é possível afirmar também que o discurso machista, cisgênero e heteronormativo imperou e impera em todas as esferas sociais tradicionalmente lideradas por homens. Uma dessas esferas é a cultura, na qual está inserida a literatura. Sabe-se que os cânones literários são, em sua totalidade, homens, senão brancos, embranquecidos pela história e, em sua maioria, heterossexuais. O mesmo ocorre com o autor de “A casa dos budas ditosos”. João Ubaldo Ribeiro era homem, branco e com poder econômico de elite. Entretanto, ao construir CLB para o pitoresco romance encomendado para discorrer sobre a luxúria, ele rompe com o que até então vinha se escrevendo a respeito de mulheres, inclusive por autoras.

O estridente discurso de CLB, uma pessoa que desvia de muitas das regras impostas, e, de certa forma, “naturalizadas”, pelo machismo, por ser mulher, bissexual, economicamente autônoma e com um lado espiritual/religioso instituído por e para si mesma, por não concordar e nem agir conforme o que majoritariamente as religiões hegemônicas no contexto brasileiro solicitam e afirmam em relação à sexualidade, ecoou a ponto de incomodar setores mais tradicionais da própria literatura, sendo classificado como pornográfico e imoral e tendo sua venda proibida em Portugal – o que tornou o romance de João Ubaldo Ribeiro ainda mais popular e, de certa maneira, contribuiu para que o público leitor, formado, sobretudo, por pessoas que também desviam ou buscam desviar das regras hegemônicas, se identificasse com as quimeras sexuais da narradora-personagem que servem de pano de fundo para a apresentação de um interessante registro histórico sobre o percurso das mulheres no século XX e seus encaixes.

Assim como a história da categoria gênero, a narração de CLB possui ligações estreitas com a história do movimento feminista. Quando a narradora de “A casa dos budas ditosos” nasceu, na década de 1930, a mulher já tinha o direito ao sufrágio e ao acesso à educação, o que justifica o fato de ter estudado em bons colégios na capital baiana. Ademais, como filha de uma família de classe alta, CLB frequentou a universidade e, no exterior, concluiu um curso de mestrado. É nesse período, entre o final da adolescência e o desenrolar da vida adulta, portanto, por volta de 1950 a meados dos anos 1960, o que corresponde à segunda onda do feminismo, que a descrição das experiências sexuais e sociais de CLB ganha força na narrativa de João Ubaldo Ribeiro. A respeito da segunda onda do movimento feminista, Pedro (2015, p.118), esclarece que “surgiu depois da Segunda Guerra Mundial, e deu prioridade às lutas pelo direito ao corpo, ao prazer, e contra o patriarcado – entendido como o poder dos homens na subordinação das mulheres. Naquele tempo, uma das palavras de ordem era: o privado é político”.

CLB discorre sobre as liberdades conquistadas pelas mulheres, tomando como base suas próprias vivências e descobertas sexuais. A jovem baiana transgride regras ao apresentar-se como uma mulher que toma suas próprias decisões. É ela quem escolhe os seus parceiros e as suas parceiras sexuais, do primeiro ao último, e também é ela quem determina que não quer aderir ao casamento tradicional e ter filhos.

A postura social de CLB a enquadra em um perfil de mulher à frente de seu tempo. Entretanto, mesmo se autorretratando como grande beneficiária das conquistas das mulheres com o movimento feminista, ela tece duras críticas ao radicalismo que o sonda, quando deseja

(...) explicar que sou um grande homem e não digo que sou uma grande mulher pela mesma razão por que não existe onça, só onça, nem foco, só foca, tudo isso é um bobajol de quem não tem o que fazer ou fica preso a idiossincrasias da língua, como aquelas cretinas feministas americanas que queriam mudar *history* para *herstory*, como se o *his* do começo da palavra fosse a mesma coisa que um pronome possessivo do gênero masculino, a imbecilidade humana não tem limites. (RIBEIRO, 1999, p. 22).

Contrariando Gualberto (2005), salienta-se que CLB não se posiciona tendenciosamente contra o movimento feminista e que reduzi-lo não parece ser sua intenção ao tecer tal comentário, já que durante sua narração, ela própria se percebe como vítima do patriarcado e é solidária ao preocupar-se com outras mulheres também vitimizadas pelo machismo. Tal consideração pode ser comprovada quando afirma que, (Ribeiro, 1999, p. 131), “(...) penso principalmente nas mulheres, gostaria que as mulheres, ao mesmo tempo em que se tornassem mais ousadas, se tornassem também mais abertas, mais compreensivas, deixassem de ser tão mulheres, por assim dizer (...)”. O que a narradora-personagem possivelmente contesta é a ala radical do feminismo que, muitas vezes, tenta inverter posturas machistas, oprimindo homens. Sobre tal conduta, CLB é enfática:

(...) não se pode querer ver a afirmação da mulher como uma vingança, agora vamos descontar e assim por diante, essa barbárie insuportável. Então, porque supostamente os homens nos oprimiram ao longo da História, agora é a nossa vez de oprimir os homens, para eles verem o que é bom. Não concebo estupidez maior (...). (IDEM, p. 66).

O feminismo defendido por CLB centra-se principalmente no ideal de libertação sexual das mulheres. É como se ela mesma, não com militância formal, mas com sua própria maneira de viver e se posicionar diante das inúmeras possibilidades que o sexo lhe ofereceu, servisse de voz ativa contra, como apontam Garcia e Grossi (2015), a dialética opressora que associou o sexo não

reprodutivo ao prazer, ao pecado e ao erotismo, negando o gozo sexual, sobretudo feminino, como valioso instrumento para se viver melhor.

A propósito, CLB foge ao padrão tradicional esperado para as mulheres e concebe a relação sexual como uma fonte de prazer e de satisfação, bem como percebe que homens e mulheres têm a mesma necessidade de sexo, assim, as sensações de culpa e de pecado não fazem parte de sua rotina.

Garcia e Grossi (2015, p. 108), sinalizam que “essa combinação de fatores, reflete, talvez, uma fase do ciclo vital de experimentação, em que à transgressão à norma, a rejeição a papéis predeterminados e a vivência de novas experiências tendem a ser comuns (...)”. É o que ocorre exatamente com CLB, que trata de se ocupar com práticas sexuais cada vez mais enquadradas nos “contextos culturais modernos”, (Idem, p. 111), ou seja, fora do casamento (ou sem a necessidade de contrai-lo ou, ainda, não apenas com o marido, mesmo este participando junto), relacionando-se com pessoas sem distinção de gênero e sem o objetivo da procriação.

O relato de CLB remete, também, à terceira onda do feminismo, quando o enfoque passa a ser dado ao reconhecimento das diferenças que constituem cada indivíduo, ou seja, a consolidação do gênero como uma categoria se constitui, como ressalta Pedro, (2015, p.128), “(...) num ponto de apoio para constituições de subjetividades (...)”. Assim sendo, a construção histórica que gira em torno do gênero esclarece-nos que as diferenças constitutivas entre as pessoas não focalizam apenas, de acordo com Pedro (2015, p. 127), “as relações entre homens e mulheres, mas também as relações entre homens e entre mulheres”. Desta maneira, CLB se apropria de humor, como, aliás, faz durante todo o romance, para anunciar que

(...) o próprio machismo se voltou contra os machões, tornou o homem prisioneiro dele mesmo, obrigado a não chorar, não broxar, não afrouxar, não pedir penico. Aquilo que, numa primeira visão, oprimia somente as mulheres oprimia mais os homens, que até hoje vivem cercados por um cortejo de mulheres fantasmagóricas, reais e imaginárias, sempre prontas a esquarterjá-los, se o pegarem fora desses padrões. (...) sou uma feminista esclarecida-progressista, sou um grande homem fêmea. (RIBEIRO, 1999, p. 66-67).

Em diversos momentos da narrativa, o relato íntimo de CLB deixa de lado a esfera privada para tornar-se político. É o que ocorre, por exemplo, quando a narradora de “A casa dos budados” retrata condutas opressoras de homens sobre mulheres, afirmando que elas cedessem às suas cantadas.

Acho que não há um só baiano dessa geração, e das duas ou três posteriores também, ou mais, que nunca tenha chegado a um amigo, ou à turma do bairro ou do colégio, par dizer “não digam a ninguém, mas eu peguei nos peitos de Guiomar por dentro”. Peguei

nos peitos por dentro, frase mágica, muitas moças mais frágeis quase foram destruídas por essa frase e os “também quero, senão vou espalhar” que se seguiam. É inacreditável, mas havia sujeitos que chegavam para as meninas e diziam isto, e algumas cediam, é inacreditável. (IDEM, p. 42).

Percebe-se que CLB não sucumbia às vontades de tais homens. No entanto, como ela mesma denuncia no fragmento citado anteriormente, havia as que se rendiam a fim de preservarem-se, já que, de fato, ceder ao que os homens propunham significava não ficar mal falada na sociedade e, conseqüentemente, manter a imagem de moça virtuosa ou moça para casar. Tal dominação sociodiscursiva de homens sobre mulheres compõe o quadro de violência simbólica de gênero.

Sendo gênero, evidenciado por Scott (1990, apud Wolff e Silva, 2015, p.95), como “um primeiro modo de dar significado às relações de poder”, quando se fala em violência de gênero, entende-se que, segundo Wolff e Silva (2015, p. 103), “se trata de uma das expressões destas relações de poder entre o masculino e o feminino, que ratificam as relações de desigualdade entre homens e mulheres”. Problema que precisa ser enfrentado seriamente no Brasil, a violência de gênero deixa marcas profundas em suas vítimas, sejam elas físicas, psicológicas ou sexuais. Para Chartier (1995, apud Wolff e Silva, 2015, p. 102), admitir a dimensão da violência simbólica “ajuda a compreender como a relação de dominação, que é uma relação histórica, cultural e lingüisticamente construída, é sempre afirmada como uma diferença de natureza, radical, irreduzível, universal”.

Cada sociedade, em determinada época, (re)significa o que é ser homem ou mulher. Como lembra Davis (1976, apud Pedro, 2015, p. 127), o uso da categoria de análise gênero é útil também para “combater o determinismo biológico, focalizando a relação entre homens e mulheres, compreendendo as significações do gênero no passado”. Ao refutar diferenças sociais impostas pelos homens sobre as mulheres, CLB é taxativa quando diz que, (Ribeiro, 1999, p. 151), “(...) nunca me deixei engabelar por essas baboseiras que nos impingem como fazendo parte da natureza humana (...)”.

Certamente, uma dessas “baboseiras” que incomodavam CLB era a determinação de que as mulheres deveriam se manter virgens até o casamento. Ela mesma, durante a sua narrativa, teve de adiar inúmeras vezes a perda de sua virgindade por convenções sociais, pois pensava que estaria perdida caso sua primeira relação sexual não ocorresse com o seu marido e alguém viesse a descobrir.

(...) E, de fato, é triste, acho que como ele próprio ainda disse, viver numa sociedade em que a honra feminina é portada entre as pernas, que coisa mais besta, meu Deus do céu. Mas, não é, não é? Às vezes me dá vontade de fazer um comício. Quantas vidas se perderam, quantos destinos se estragaram, quantas tragédias não houve, quantos

conventos não foram abarrotados desumanamente, por causa da honra de tantas e tantas infelizes? (IDEM, p. 39-40).

Por certo que, se alguém descobrisse que uma moça não era mais virgem, acabaria gerando uma punição para ela, que poderia sofrer escárnio para o resto de seus dias e não conseguir mais um casamento. De fato, o casamento era, e ainda é, a moeda de troca mais utilizada quando se trata de opressão às mulheres. A ideia de passar uma vida inteira solteira é frequentemente relacionada a castigo e, nos idos dos anos 1950, época que corresponde à juventude de CLB, tal proposição era ainda mais forte, o que levava ao desespero as moças que transgrediam a regra da virgindade como obrigatoriedade antes do casamento, fazendo-as tomar decisões ousadas, como a restauração do hímen, para manterem-se moralmente íntegras.

Outro tabu, quase intransponível ainda hoje, denunciado pela locutora de “A casa dos budas ditosos” está ligado à vestimenta feminina. O determinismo biológico, que tenta impor um mundo cor-de-rosa para meninas e um mundo azul para meninos, influenciou a maneira como homens e mulheres devem se vestir, gerando a coisificação de corpos, principalmente quando esses ficam à mostra, como na praia, por exemplo.

Em uma sociedade em que as relações se caracterizam pela dominação, como a nossa, cujo poder é mais instituído pelos homens cisgêneros, heterossexuais, brancos, ricos e cristãos e estes, juntamente com instituições, como a Igreja, normatizam a sexualidade, muitas vezes encarando-a como universal ou conferindo-lhe imoralidades, a repressão sexual imposta a todas as pessoas que, de certa forma, a vivenciam de maneira contra-hegemônica, se configura como um sério obstáculo frente à tentativa de alcançar a equidade de gêneros.

Ao serem criadas “verdades”, como a patologização do prazer sexual da mulher, ao considerar seu sexo frágil, e de homossexuais, ao serem reputados como libertinos, contribui-se para a manutenção do *status quo* que atribui à sexualidade conotação pejorativa, passando a ser vista como um ócio ou um ato imoral quando vivenciada sem fins reprodutivos. Foi a partir dessa perspectiva que a heterossexualidade tornou-se um problema gerador de relações de poder, pois, sendo vista como universal, outras formas de prazer, de relações, de coexistências e de laços de amores passaram a ser negativadas e, conseqüentemente, rejeitadas. Há, sobretudo nesse ponto, na transgressão da sexualidade, uma possibilidade, e necessidade, de resistência. (FOUCAULT, 1984).

A concepção de CLB, uma narradora mulher, para “A casa dos budas ditosos”, justifica-se pela necessidade de resistência afirmada anteriormente. Se CLB fosse um homem, seu discurso não ecoaria, e não incomodaria, tanto a ponto de provocar as repercussões que provocou. CLB seria

visto como um macho mantenedor de sua libido e saciador do apetite sexual de parceiras e parceiros. Esse narrador provavelmente existiria entre o indiferente e o grosseiro em relação ao que pensava sobre e da forma como agia com integrantes de suas furtivas relações sexuais. A priori, mesmo que superficialmente, não haveria quebra de expectativa de leitores.

Com a CLB mulher, João Ubaldo Ribeiro dá novo viço às narrativas literárias femininas, uma vez que ela desconstrói um enredo esperado sobre a luxúria ao dominar a si mesma e responsabilizar-se pela satisfação dos seus desejos sexuais sem negá-los, mas, cada vez mais, afirmando-os como um traço que a constitui e do qual não tem motivos para envergonhar-se.

Contrariando comportamentos sexuais relativos às mulheres que procuraram consulta de enfermagem para tratar de sexualidade, em Florianópolis, entre os anos de 1993 e 2003, descritos em estudo sobre a vivência da sexualidade realizado por Garcia e Grossi (2015), CLB: sentiu-se protagonista de sua iniciação sexual, sem reagir apenas aos desejos masculinos, culminando com a presença de orgasmo para ela; a trilogia dor-medo-nervosismo não se fez presente em sua primeira vez, já que ela teve total controle sobre o acontecimento; o casamento não inibiu a sua iniciativa sexual, mesmo na conjugalidade, nem ela nem seu parceiro passaram a se ver como algo conquistado e que precisaria estar sempre disponível para a atividade sexual, posto que havia pactos entre CLB e Fernando, seu marido, que não os condicionavam à monogamia; não busca sentir um padrão de orgasmo estereotipado pela mídia e “ouve” seu próprio corpo e, justamente por isso, não tem orgasmo somente com penetração vaginal e nem coloca seu orgasmo e sua sexualidade “na mão do outro”, ela se apropria do próprio corpo e também obtém o orgasmo sozinha; CLB não se sente fora da normalidade por não corresponder às normas prescritas pelo discurso da sexualidade e, principalmente, não acredita que a juventude e um corpo perfeito favorecem a vida sexual satisfatória.

Ainda a respeito do estudo de Garcia e Grossi (2015) sobre comportamentos sexuais de mulheres que procuraram consulta de enfermagem em sexualidade, por não pertencer ao grupo de mulheres das camadas mais populares e por vivenciar práticas bissexuais, homoeróticas e homoafetivas, CLB: não tende a demarcação de fronteiras entre masculino e feminino, portanto não interpreta as necessidades sexuais masculinas como mais fortes e menos controláveis; verbaliza seus desejos e necessidades sexuais com maior facilidade; não vê sua bissexualidade como patológica e se sente incomodada com os estigmas sociais referentes à homossexualidade; não acredita que a mulher sexualmente deva ser passiva; não acredita que a mulher precise de homem para se satisfazer

sexualmente; pensa que o sistema classificatório, no que diz respeito às práticas sexuais, não faz sentido, mas sim o prazer, o gozo e a vivência satisfatória da sexualidade.

(...) Agora, resumo minha tese explicitamente. Claro que não estou dizendo novidade nenhuma, nada do que se diz é novidade, especialmente isto, muita gente já disse isto, sou apenas uma vulgarizadora veemente. Heterossexualismo exclusivo, limitação. Homossexualismo exclusivo, limitação. Bissexualismo, normal, tanto assim que na infância desperta em todos e todas, sem exceção. Pansexualismo, o futuro, se até não acabarmos como espécie por força de vícios de origem que só fizemos piorar e jogarmos fora a chance de universalizar a força agregadora do amor (...). (RIBEIRO, 1999, p. 159-160).

CLB configura-se, portanto, como vanguardista quando, em pleno período de repressão ditatorial no Brasil, afirma ser a sexualidade uma dimensão múltipla e diversa da experiência humana. Para ela, não há certo ou errado, há erotismo, sensualidade e desejos como caminhos para a satisfação prazerosa, através de relações sexuais, muitas vezes vista como instrumento de (auto)punição por ser concebida como pecado, notoriamente por religiões hegemônicas dominantes.

Nas igrejas cristãs, a homossexualidade é percebida a partir de alguns eixos, tais como opção, tendência, patologia física, distúrbios mentais, problemas familiares, possessão e pecado. Mesmo havendo reações diferenciadas dos atores religiosos às transformações em curso na sociedade, há tentativas de reversão da homossexualidade em heterossexualidade a partir de diálogos com os discursos das áreas médicas e da Psicologia, no processo de recomposição das crenças e valores de indivíduos e indivíduos. É notório que os grupos com maior dificuldade em aceitar a diversidade sexual são justamente aqueles que mantêm uma visão tradicional da inserção de homens e mulheres na sociedade e no âmbito religioso, uma vez que a suposta condenação bíblica à homossexualidade se dá pela aproximação de homens com o papel reservado às mulheres, especialmente no caso da prática do papel sexual passivo, apropriado ou determinado apenas para as mulheres. Agindo embasadas na naturalização e normalização da cis/heteronormatividade, em contraposição à normatização e prescrição de abjeção às transgeneridades e orientações românticas e eróticas não-hétero, as igrejas cristãs (não apenas elas, mas são as que se destacam por serem as principais expressões religiosas do país em termos de número de fiéis), além de discriminarem homo/bi/panssexuais (esta última nomenclatura foi sugerida por CLB para designar pessoas que sentem atração sexual ou romântica por pessoas independentemente do sexo ou gênero das mesmas, o que abrange homens, mulheres e os/as que não se sentem identificadas com o seu gênero incluindo interssexuais, transexuais e travestis), tornam-lhes passíveis de punições que podem se dar de

diferentes formas, inclusive após a morte, quando estas pessoas seriam supostamente destinadas ao Inferno. (MARANHÃO Fº, 2015).

A narradora baiana renega a culpa e não admite a sexualidade como sinônimo de procriação. Aliás, engravidar sempre foi a maior preocupação de CLB e o dia mais feliz de sua vida foi quando descobriu que era estéril, já que, para ela (Ribeiro, 1999, p. 156), “(...) sem esperma derramado, não existe sexo com homem, a camisinha é uma castração fundíssima, é uma privação cruel para as mulheres”. Logicamente, à época em que afirmou isso, não havia grandes preocupações com doenças sexualmente transmissíveis, principalmente a AIDS. Engravidar, sim, traria sérios prejuízos à liberdade dela, uma vez que provavelmente teria de abrir mão da satisfação de seus prazeres pessoais para dedicar-se à criação de uma criança. Para não engravidar, CLB mostra-se favorável à utilização de métodos contraceptivos e à interrupção de gravidez.

(...) Quando foi que chegou a pílula? Não me lembro bem, mas nós não éramos mais mocinhas, por aí se pode adivinhar o que nós vivemos, se bem que a repressão, como já observei, teve sua utilidade, até mesmo lúdica. (...) Havia uns médicos conhecidos e comentados à boca não tão pequena, dizem que até bons médicos, que faziam abortos. A clientela devia ser fortíssima, só podia ser. Quem podia, vinha fazer os abortos aqui no Rio, para despistar. Mas, claro, eu, graças a Deus, não tive que fazer aborto e agora, olhando para trás, vejo que Deus sabe mesmo o que faz, porque eu não ia dar para mãe, ia ser uma mãe horrenda (...). (IDEM, p. 52).

Com a intenção de escrever sobre o pecado da luxúria, João Ubaldo Ribeiro cria, em sua obra, uma narradora-personagem voltada à emancipação humana ao se perceber como mulher sujeito de sua vida. A ruptura com as mais variadas formas de opressão e a superação da ideologia de naturalização da subalternidade feminina torna CLB consciente de sua condição e dos atos que pratica. Seu enunciado, (Idem, p.140), “fruto de muita vivência e processamento dessa vivência”, se firma a partir do momento em que ela passa a desconsiderar e desconstruir discursos de austeridade, sobretudo religiosos, que lhe são incutidos desde a infância e chega a repudiar o entendimento de que a luxúria seja realmente um pecado.

Costa e Silva (2007), baseando-se na filosofia de São Tomás de Aquino, sugerem como pecado algo que tonaria uma pessoa reprovável aos olhos de Deus, sendo que a humanidade já teria uma inclinação à conduta pecaminosa, configurando-se como o oposto das virtudes. Sobre a luxúria, os ensinamentos do teólogo italiano são taxativos:

(...) Ensina-nos Tomás de Aquino que se pode pecar pela luxúria de dois modos: Primeiro, de um modo que contrarie a reta razão (é o caso da fornicação, do adultério, do incesto...); segundo, de um modo que, além disso, contrarie a própria ordem natural

do ato venéreo que convém à espécie humana. É o que constitui o vício contra a natureza. E dentre os vícios da luxúria, explica o Teólogo, um tem gravidade especial em relação às outras espécies de luxúria, aquele que é contra a natureza humana, a saber o homossexualismo: “sim, pois o adultério, a fornicação e o incesto, por abomináveis que sejam, são praticados entre um homem e uma mulher, de um modo conforme a natureza, embora contrário à reta razão.” Donde conclui S. Tomás que o vício contra a natureza que inclui o homossexualismo é o maior pecado entre todas as espécies de luxúria. (COSTA E SILVA, 2007, p. 7).

Refutando a ideia de luxúria formulada por Tomás de Aquino, CLB não se considera pecadora, pois afirma que “(...) quem peca é aquele que não faz o que foi criado para fazer. E eu fiz o que Ele me criou para fazer (...)”, (Ribeiro, 1999, p. 163), Assim, ela se considera “(...) uma predestinada, uma escolhida dos deuses (...)”, (Idem, p. 30), e, até mesmo, a voz de Deus, contrariando quem tente representá-la como a voz de Satanás, “Não só porque a voz da luz e da inteligência é a voz de Deus, mas porque sou mesmo a voz de Deus” (Idem, p. 161), e para justificar com o mínimo de coerência o que profere, CLB busca na própria Bíblia fundamento para o que diz.

A mistura entre o sagrado e o profano na história de uma mulher que, embora não concorde com a ortodoxia do cristianismo, o respeita e se abre ao conhecimento, estudo e análise de outras religiões, como o candomblé e o espiritismo, fornece recursos para que ela própria cogite a hipótese de professar uma nova religião

(...) O magistério da Igreja me enerva. Prefiro eu mesma ler a Bíblia e pensar do que leio o que me parece certo pensar, quero eu mesma me inteirar das boas novas, sem nenhum padre de voz de tenorinho gripado me ensinando incoerências, subestimando minha inteligência e repetindo baboseiras inventadas, semelhantes à desfaçatez de inventar que no Pentateuco há mandamentos como guardar castidade, que os homens santos não batizados foram para um tal de limbo e tantas outras criações conciliares, já li a bíblia de cabo a rabo e nunca vi nada disso nela (...). (IDEM, p. 14-15).

A desconfiança de CLB sobre aqueles que deturpam o Evangelho, realizando a exclusão de pessoas das igrejas ao invés do acolhimento, é o mote que a faz resistir, junto com o pensamento feminino, sem cogitar a hipótese de que esteja fazendo algo errado. Para a narradora de “A casa dos budas ditosos”, erra aquele que não age de acordo com a sua natureza e não segue o dom recebido por Deus. Contra qualquer forma de radicalismo, CLB deixa transparecer a impressão de que Deus acaba se divertindo com as inúmeras possibilidades de interpretação da Sua palavra quando afirma que “(...) não posso ter certeza de nada, que Deus me terá em Sua Glória e sei que ele agora está rindo”, (Idem, p.163), e, mesmo sofrendo de aneurisma cerebral que pode matá-la a qualquer momento, prefere agradecer a pedir.

(...) Agradeço muito a Deus, por Ele me ter dado a força, a determinação, a inteligência e a coragem para levar adiante o dom que recebi de nascença, digo isto com devoção, os burros não acreditam, os inteligentes vêem logo que é verdade. Eu nasci com um dom que Deus me deu e honrei esse dom, diferente de muitos outros, talvez quase todos. Ele fez a parte dele, e eu fiz a minha, como ordena o Livro (...). (Idem, p. 145).

A libertação da voz feminina, que João Ubaldo Ribeiro provoca na literatura com a concepção de CLB, torna perene, inovador e transgressor o seu enunciado, que ainda hoje, quase vinte anos após a publicação do romance “A casa dos budas ditosos”, encontra-se em consonância com a consciência feminista no Brasil, cujas lutas abrangem, também, ir contra o fundamentalismo religioso, que acaba gerando conservadorismo social e, além do princípio democrático de laicidade do Estado, ameaça constantemente os direitos sexuais e reprodutivos já alcançados, além de dificultar a conquista de novos e necessários direitos, como a legalização do aborto, o casamento igualitário garantido por lei e a ampliação da dignidade de pessoas não hétero e não cisgêneras. Logicamente, o fato de CLB ser uma mulher com dinheiro e acesso ilimitado a instituições de educação e cultura, faz com que sua voz seja “mais respeitada” e as alegorias sexuais pormenorizadamente detalhadas em todo o romance, prendem leitores para, de fato, ouvirem essa mulher, que se percebe igual a qualquer um.

Por fim, em um mundo marcado por constantes e incansáveis tentativas de “naturalizar” normas, atribuindo a certas identidades a condição de “normais” e, às outras, a de “desviantes”, CLB ensina, de maneira extremamente simples e objetiva, através da sua vida inteiramente dedicada à plena e saudável satisfação da sua luxúria, que, mesmo apresentando diferenças biológicas e culturais, no íntimo, naquilo que primeiramente nos constitui como seres humanos (no sentido espiritual, talvez) todas as pessoas são iguais e, por isso, devem ser tratadas de maneira justa e ética, perseverando no caminho da erradicação e superação do preconceito e da discriminação.

## **DIÁLOGO PEDAGÓGICO: literatura e modelos de referência em gênero e sexualidade**

Não é novidade que a posição do homem branco, cisgênero, heterossexual, cristão, de classe média foi sócio-histórica-culturalmente construída como “normal”, frente a todas as identidades que não correspondem a esta ou que desta se afastem, foi legitimada e reiterada como a identidade referência por várias práticas sociais, políticas e culturais, dentre elas a mídia, a literatura e os currículos das escolas e universidades. (LOURO, 2008).

Nesse sentido, a escola, que mesmo entendida como um ambiente democrático cujos principais objetivos centram-se em contribuir para a construção do saber e da cidadania, na maioria das vezes corrobora para a manutenção do *status quo* em relação à identidade referencial, ao favorecer e disseminar apenas modelos canônicos de produção e socialização de conhecimento.

Tal situação pode ser revertida, caso professoras e professores preocupem-se mais em oportunizar a alunas e alunos o contato com vozes diversas, não canônicas e contra-hegemônicas. Partindo da leitura de obras literárias, como “A casa dos budas ditosos”, de João Ubaldo Ribeiro, por exemplo, isso pode ser desenvolvido em diferentes momentos, aulas, disciplinas e projetos interdisciplinares, dentro de escolas e demais instituições educacionais.

Não se configura como objetivo desse trabalho censurar ou indicar classes/turmas/anos/séries, bem como faixas etárias, cursos, níveis da educação e modalidades de ensino e, tampouco, metodologias de leitura (se a obra completa, fragmentos pré-selecionados ou apenas a contação da história ou de excertos dela) para o trabalho com “A casa dos budas ditosos” em salas de aula, pois, acredita-se que cada docente, diante do perfil das turmas com as quais lidam e atendem cotidianamente, saberá utilizar a obra com bom senso, legitimando discussões abrangentes, elucidativas e com propósitos claramente definidos abarcando gênero e sexualidade, bem como suas possíveis implicações com interpretações religiosas.

Há, no entanto, a necessidade de perceber que a literatura, bem como toda manifestação artística, proporciona, a partir da leitura, análise e crítica de seus textos, além da compreensão daquilo que está dito, a possibilidade de preencher vazios deixados pelo não dito, permitindo, assim, que entre textos e leitores se instalem espaços sem limites. São exatamente nesses espaços sem limites, que professoras e professores podem conduzir as reflexões, a fim de estreitar as lacunas que se criam entre a práxis pedagógica e os discursos que circulam em âmbito social, tais como os de gênero e sexualidade. Conforme Saraiva (2006, p.36),

o leitor exercita sua liberdade porque o texto literário é estruturado de maneira lacunar, sendo marcado, simultaneamente, pela determinação de significados e pela abertura à pluralidade de sentidos. Ele se oferece ao leitor como trabalho ou prática significativa que exige o preenchimento (...) dos “espaços em branco” para que (...) possam funcionar. Dessa forma, não ditos assumem significações, as quais, por sua vez, também variam e se expandem em função da atividade do leitor, o que dá à leitura do texto um caráter mutável e transitório.

Indica-se, portanto, como proposta de atividade a (re)leitura de “A casa dos budas ditosos”, de João Ubaldo Ribeiro, como instrumento pedagógico nas discussões de gênero. Para tanto, a leitura de uma obra literária deve ir além da exploração de elementos formais do gênero textual que

a compõe, não se limitando à decodificação de significantes, mas se relacionando à visão de mundo de quem a lê, tentando ampliá-la. A leitura de textos literários proporciona, portanto, que discentes experimentem a possibilidade de entrar em contato com algo que lhes seja novo, proliferando, segundo Louro (2008, p. 19) “vozes e verdades. Novos saberes, novas técnicas e novos estilos de vida” que podem ser “postos em ação” e tornarem “evidente uma diversidade cultural que não parecia existir” anteriormente.

O trabalho com “A casa dos budas ditosos” em espaços educacionais oportuniza um rompimento com teorias e conceitos tradicionais e excludentes, que contemplam apenas a articulação com o canônico em termos literários, tornando-se, na maioria das vezes desencantador para estudantes, já que não promovem a aproximação destas e destes com a voz que se anuncia no texto e, muito menos, a oportunidade, sinalizada por Louro (2008, p. 20), “de falar por si e falar de si”.

Em uma sociedade em que a transgressão de fronteiras e normas sexuais e de gênero fica cada vez mais evidente, as escolas precisam encontrar maneiras de acolher a todas, todes e todos e encorajar estudantes a superar as marginalizações e as repressões que sofrem diariamente. Por que uma dessas maneiras não poderia ser apresentar, em sala de aula, a história de uma bem humorada senhora de 68 anos que não vê pecado algum em ser quem se é e gostar do que gosta?

## **Considerações finais**

Configurar espaços educacionais como promotores dos Direitos Humanos é dever de educadoras/es que se preocupam em tornar tais direitos prática pedagógica nas instituições em que atuam. O trabalho com a literatura possibilita que diversas disciplinas promovam discussões e reflexões sobre gênero e sexualidades, e suas relações com instituições religiosas, juntamente com os aspectos e conteúdos teórico-conceituais que constituem essas disciplinas.

Independentemente da metodologia adotada para a apresentação, em sala de aula, do romance “A casa dos budas ditosos”, de João Ubaldo Ribeiro, é possível trazer à tona e apresentar a estudantes a dimensão analítica das categorias gênero, sexualidade e religião, com a perspectiva de apontar que a opressão sobre comportamentos de mulheres que não seguem regras socialmente esperadas para que desempenhem papéis atribuídos ao seu gênero, caso de CLB, a narradora personagem da obra, deve servir para a reflexão e contribuir para a mudança de paradigmas em uma sociedade que deseja alcançar a igualdade de gêneros.

Além disso, é possível reiterar que condutas sexuais que destoam das convencionais, socialmente reconhecidas e aceitas não devem ser mote para opressão e discriminação de sujeitas/os que não se enquadram em padrões comportamentais heteronormativos. A expressão de sexualidades pode ser evidenciada como um fenômeno natural que contribui para a convivência e o respeito entre pessoas diversas.

É possível, também, conduzir alunas/os a perceberem que, independente da religião que sigam ou não, o sexo não deve ser visto como algo pecaminoso e digno de repúdio por parte de instituições religiosas dominantes e ultraconservadoras, já que, mesmo fazendo parte do privado, proporciona bem-estar aos seres humanos e compreende a esfera de direitos sexuais e reprodutivos.

A análise de obras da literatura contribui, também, para a desconstrução de preconceitos e proporciona debates e reflexões, sem hipocrisia, na sala de aula, lugar em que se espera formar cidadãs e cidadãos preparados/as para conviver com múltiplos valores e preocupadas/os em compor e solidificar uma sociedade mais justa e democrática.

## Referências bibliográficas

BANDEIRA, Lourdes; BATISTA, Analía Soria. Preconceito e discriminação como expressões de violência. In: *Estudos Feministas*, v. 10, n. 1, 2002. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/view/S0104-026X2002000100007/8767>. Acesso em: 27 out. 2016.

COSTA, Marcos Roberto Nunes da. SILVA, Leila Rúbia da Costa. Os “Sete Pecados Capitais”, segundo Tomás de Aquino. In: *Ágora Filosófica*, v. 1, n. 1, 2007. Disponível em: <http://www.unicap.br/revistas/agora/arquivo/artigo%209.pdf>. Acesso em: 07 nov. 2016.

FOUCAULT, Michel. Sobre a história da sexualidade. In: FOUCAULT, Michel. *Microfísica do poder*. 4. ed. Rio de Janeiro, Graal, 1984. cap. 16, p. 243-276.

GARCIA, Olga Regina Zigelli. GROSSI, Mirian Pillar. Sexualidades femininas e prazer sexual: uma abordagem de gênero. In: LAGO, Mara Coelho de Souza. Et al. *Especialização em Gênero e Diversidade na Escola*. Livro III, Módulo III. Tubarão: Ed. Copiart, 2015.

GUALBERTO, Ana Claudia F. Hilda Hilst e João Ubaldo Ribeiro: a luxúria transcrita sob um olhar de gênero. In: *Revista Ártemis*, n. 3, 2005. Disponível em: <http://periodicos.ufpb.br/ojs/index.php/artemis/article/view/2202/1941>. Acesso em: 12 set. 2016.

HENRIQUE, Eduardo dos Santos. *Pelo buraco da fechadura: gênero, sexualidades e religião em “A casa dos budas ditosos”*, de João Ubaldo Ribeiro. 2016, 38 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Especialista em Gênero e Diversidade na Escola) – Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Florianópolis.

LOURO, Guacira Lopes. Gênero e sexualidade: pedagogias contemporâneas. In: *Pro-Posições*, v. 19, n. 2, p. 17-23, 2008. Disponível em: <http://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/proposic/article/view/8643470>. Acesso em: 15 nov. 2016.

MARANHÃO Fº, Eduardo Meinberg de Albuquerque. "Uma Igreja dos Direitos Humanos" onde "promíscuo é o indivíduo que faz mais sexo que o invejoso e inveja é pecado": Notas sobre a identidade religiosa da Igreja da Comunidade Metropolitana (ICM). In: *Mandrágora*, SBC, v.21, n. 2, p. 5-37, 2015. Disponível em: <https://www.metodista.br/revistas/revistas-ims/index.php/MA/article/view/5979/5060>. Acesso em: 08 nov. 2016.

\_\_\_\_\_. *(Re)desconectando gênero e religião: peregrinações e conversões trans\* e ex-trans\* em narrativas orais e do Facebook*. 2014, 794 f. Tese (Doutorado em História Social) – Universidade de São Paulo, Programa de Pós Graduação em História Social, São Paulo.

PEDRO, Joana Maria. Traduzindo o debate: o uso da categoria gênero na pesquisa histórica. In: GROSSI, Mirian Pillar. Et al. *Especialização em Gênero e Diversidade na Escola*. Livro I, Módulo I. Florianópolis: Instituto de Estudos de Gênero/Centro de Filosofia e Ciências Humanas/UFSC, 2015.

RIBEIRO, João Ubaldo. *A casa dos budas ditosos: luxúria*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2010.

SARAIVA, Juracy Assman. Por que e como ler textos literários. In: SARAIVA, Juracy Assman. MÜGGE, Ernani (et al). *Literatura na escola: propostas para o ensino fundamental*. Porto Alegre: Artmed, 2006.

WOLFF, Cristina Scheibe. SILVA, Janine Gomes da. Gênero: um conceito importante para compreender o mundo social. In: GROSSI, Mirian Pillar. Et al. *Especialização em Gênero e Diversidade na Escola*. Livro I, Módulo I. Florianópolis: Instituto de Estudos de Gênero/Centro de Filosofia e Ciências Humanas/UFSC, 2015.

*Recebido em: 28 de fevereiro de 2017*

*Aprovado em: 22 de março de 2017*

*Avaliação cega por pares: fev./mar. de 2017*